

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Evaldo Castello Branco Henriques

COMTUR DE SANTOS DUMONT E MUSEU DE CABANGU: UM ESTUDO DE CASO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Me. Edwaldo Sergio dos Anjos Junior.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Evaldo Castello Branco Henriques**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201272113A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **COMTUR DE SANTOS DUMONT E MUSEU DE CABANGU: UM ESTUDO DE CASO** desenvolvido durante o período de 01/05/2017 a 30/06/2017 sob a orientação de EDWALDO SÉRGIO DOS ANJOS JUNIOR ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Evaldo Castello Branco Henriques

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

O MUSEU DE CABAGU NO COMTUR

Evaldo Castello Branco Henriques ¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir da análise das atas do Conselho Municipal de Turismo de Santos Dumont, discutir como esfera de governança compreende o Museu, buscando identificar ainda ações do COMTUR SD em relação ao espaço museal supracitado. Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram analisadas as atas das reuniões do COMTUR SD referentes o período da gestão 2013 a 2015. A justificativa para esse recorte temporal se resume pelo fato de se tratar de um período completo da gestão dos conselheiros e suplentes deste conselho. Sabe-se que a cidade de Santos Dumont atualmente preenche todos os pré-requisitos para recebimento do ICMS Turístico e que o município é contemplado mensalmente com este incentivo financeiro por parte do Governo de Minas Gerais. Todavia, a despeito de tais proventos, bem como dá ênfase, em termos discursivos, quanto à importância do Museu de Cabangu, nota-se, na realidade, que o espaço museal conta com grandes dificuldades e falta de maior apoio da esfera pública ligada ao turismo na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Museu de Cabangu, Fundação Casa de Cabangu, COMTUR SD.

1. INTRODUÇÃO

Recentes discussões e estudos sobre políticas públicas, mostram claramente a tendência e a constante preocupação em se garantir a democracia participativa e espaços de participação social tanto na esfera cultural como em outros campos (TATAGIBA, 2005; ALBUQUERQUE, 2002) Em consonância com esta ideia, é fácil encontrar, inclusive Legislações que garantem este acesso da sociedade civil ao processo decisório, de “mãos dadas” com a administração pública. (Exemplo disso é a Lei de Transparência (LC 131 de 27 de maio de 2009, que citaremos mais tarde.) O presente trabalho tem como proposta pesquisar a atuação do Conselho Municipal de Turismo COMTUR– SD. no que se refere ao Museu de Cabangu.

Minha motivação particular de trazer esta discussão, pode-se dizer que está no meu DNA, ou melhor, explicando, no meu sobrenome Castello Branco. Foi meu avô (Oswaldo Henrique Castello Branco) o grande idealizador e fundador do Cabangu, atualmente meu tio, Tomás Castello Branco é o Presidente da FUNCCAB², e minha mãe, Monica Castello Branco Henriques é a Coordenadora e Administradora do Museu. Portanto o Cabangu faz parte da minha realidade de vida desde o dia que eu nasci. Na verdade este fato relevante é que me influenciou optar pelo curso de Turismo, pois futuramente quero também colaborar de alguma maneira com o Cabangu.

A missão do Comtur-SD conforme consta na sua pagina do face book é a de trabalhar para desenvolver o turismo, desta forma valorizando e fomentando o turismo local, regional e internacional em nosso município, aproveitando as características naturais, a imagem de organização e a tradição da Cultura e da história local. Tornar a Terra do Pai da Aviação uma referência de qualidade para produtos e serviços. Valorizar os nossos parceiros e colaboradores e tornar Santos Dumont a melhor cidade turística pra se viver.

Conforme o trabalho de Luana Maiara dos Santos em sua Dissertação de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, apresentado e aprovado em 2015 na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que também fez uma análise de dados das atas dos Conselhos de Cultura do município de Diamantina, foi colocado por ela que é a essencial postura participativa e democrática nos conselhos acima citados. E está é exatamente a pergunta/problema que proponho a este meu trabalho. Pretendo através deste estudo, verificar se realmente é democrática e participativa a atuação do Comtur na cidade de Santos Dumont, considerando que na composição deste conselho, contempla assentos permanentes de representantes da sociedade civil, de acordo com a LC 131.

Na estrutura deste trabalho, faremos um breve relato sobre o histórico das políticas públicas, assim como, algumas considerações sobre o nascimento destas políticas na Europa. No tópico seguinte, trataremos

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ecastello730@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Me. Edwaldo Sergio dos Anjos Junior.

² Fundação Casa de Cabangu. Entidade sem fins lucrativos que administra o Museu Casa Natal de Santos Dumont.

também sobre o mesmo tema, porém trazendo problemas e colocações sobre as Políticas Públicas no nosso país. A seguir daremos ênfase às Políticas Públicas que são direcionadas ao setor cultural e como também nos debruçaremos no item seguinte, sobre o mesmo assunto, porém trazendo a discussão para o setor turístico. A seguir vamos tratar do assunto principal deste trabalho, que são os conselhos municipais de turismo do município sandumonense.

No segundo tópico, foi trazido informações sobre o próprio Museu de Cabangu, como histórico e atualidades. A seguir apresentamos a metodologia usada neste trabalho, e finalmente vamos procurar evidenciar através da análise das Atas do Comtur de Santos Dumont, como realmente o Museu de Cabangu é colocado e tratado nestas reuniões.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS: breves considerações

A política pública enquanto disciplina acadêmica e área de conhecimento nasceu nos Estados Unidos onde foi considerada como um apêndice ou uma parte da ciência política. Na verdade a introdução da política pública como mecanismo das decisões governamentais é produto da Guerra Fria. Foi Robert MacNamara quem iniciou este processo no governo estadunidense em 1948 com a criação da RAND Corporation, que foi uma organização não governamental financiada por recursos públicos. (SOUZA, 2006)

Na Europa, apesar da grande tradição de estudos nesta área, as políticas públicas despontaram como um desdobramento dos trabalhos baseado em hipótese sobre o real papel do Estado e do Governo, ao contrário dos EUA que fez surgir no mundo acadêmico sobre este assunto, sem se importar muito com as bases teóricas sobre o papel do Estado, transpondo, sem desvios e destacando, os estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

Também foram considerados “pais” das políticas públicas os ilustres Harold Dwight Lasswell, Hebert Simon, Charles Edward Lindblom e David Easton. Com exceção deste último que era canadense, todos os outros são americanos. Em 1936 Lasswell fez surgir o termo *policy analysis* (análise política). Mais tarde, em 1957, Simon defendeu a tese de que os decisores públicos (*policy makers*) muitas vezes tinham sua racionalidade limitada por conta de informações incompletas, às vezes imperfeitas, tempo de tomada de decisões como também interesses próprios sobre a matéria. Mas para ele, este fato pode ser minimizado, ou mesmo extinto pelo conhecimento racional. Lindblom, por sua vez, questionou a ênfase no racionalismo de Lasswell, e Simon e recomendou a criação de outros ou fatores e variáveis à criação e análises das políticas públicas. Por último, em 1965 e David Easton, contribuiu para a área das políticas públicas ao defini-las como um sistema que recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse e que estes influenciam nos seus efeitos e repercussões.

Já em tempos contemporâneos, podemos citar outros autores que se debruçaram sobre a definição de políticas públicas, mas é fato que não há uma única, ou melhor, definição sobre esta matéria. Em 1984 Dye simplesmente colocou as políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Mead em 1995 considerou como um campo de estudo dentro da política que analisa o governo sob a ótica de grandes questões públicas. Antes disso em 1980 Lyn já havia considerado políticas públicas, como um conjunto de ações governamentais que irão produzir efeitos específicos, e em 1986, Peters traz uma definição parecida, quando diz que política pública é a soma das atividades estadistas que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (SOUZA, 2006)

Em resumo então podemos dizer que políticas públicas, são na verdade um campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e sendo necessário propor mudanças ou alterações nestas ações.

1.1 Políticas públicas no Brasil

Três são as palavras de ordem quando se fala em políticas públicas no Brasil, instabilidade, ausência e autoritarismo. Isto se não consideráramos outro termo que muito atrapalha muito o desenvolvimento das políticas públicas que é a descontinuidade, mas falaremos sobre este problema no próximo tópico. Em perfeita harmonia com o que foi colocado neste parágrafo, vemos na citação de Paula Felix dos Reis no V Enecult:

“O histórico das Políticas Culturais no Brasil, apresenta momentos em que o Estado tratou com descaso o setor cultural. Em outros, buscou uma intervenção maior, por vezes acompanhada de elitismo, repressão, censura e autoritarismo.”

A trajetória das políticas públicas no Brasil, historicamente são ausentes, desde o período colonial, pois a impossibilidade destas políticas conviverem e terem bons resultados neste período de colonialismo português, é fato mais que comprovado. Mesmo após a Independência do Brasil, pouco se alterou neste quadro de descaso. Conforme foi bem colocado por Carlos Nelson Coutinho (2000), “as políticas públicas e a cultura eram tratadas como um privilégio ou ornamento em uma sociedade de incomparável exclusão social”.

A República Velha (1889-1930) também foi uma época em que predominou a ausência, mas principalmente o autoritarismo. (RUBIM, 2007)

Vale também ressaltar neste estudo a Lei de Transparência (LC 131 de 27 de maio de 2009) que tornou obrigatória a participação da sociedade nas decisões das políticas públicas e em outras decisões. No escopo desta lei traz a seguinte redação:

- I. Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão de planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- II. Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público

Assim, conforme esta lei, todos os administradores, seja em qualquer esfera pública, são obrigados a dar plena publicidade e assegurar a participação popular a todos os seus atos, planos e políticas. E isto não é liberalidade deste ou daquele político, ou preferência política de um gestor, mas sim uma obrigação imposta pelo Estado, e direito concreto da sociedade.

1.2 Políticas públicas em cultura: um breve histórico e considerações

Podemos trazer como definição de política pública cultural um conjunto ordenado e conexo de diretrizes que orientam propósitos e caminhos a seguir das ações públicas mais imediatas e urgentes no campo da cultura. Muito se observa uma constante descontinuidade no que tange as políticas públicas no campo da cultura, descontinuidade esta mais por conta das representações políticas e partidárias que seguidamente são alteradas e assim removidas do comando público, dando lugar a outro político, que traz consigo uma nova equipe de governo, com outras ideias, e que na maioria absoluta das vezes, não se importam em dar seguimento e continuidade a todas as resoluções do antigo governante. (SILVA, COSTA e CARVALHO, 2013)

Historicamente no Brasil foi no período do primeiro governo de Vargas (1930 – 1945) que se deu início à concepção do que se pode chamar de políticas culturais governamentais. A própria criação do SPHAN³ foi um pontapé inicial. Tivemos também a instituição do INCE⁴ e o engrandecimento do mercado editorial proporcionado pela criação do INL.⁵ No ano de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura que se transformou em 1966 no Conselho Federal de Cultura. Ainda no governo Vargas, merece destaque neste seara, a regularização da radiodifusão que foi regulamentada através do Decreto-lei 21.111.

Com o golpe militar de 1964, momento em que foi implantada e imposta a censura. Quase a totalidade dos programas culturais que se encontravam em curso, tiveram praticamente suspensas suas atividades.

Durante o governo Castelo Branco (1964–1967) foi criado o Conselho Federal de Cultura que propôs muitas ações para serem colocadas em prática nos anos seguintes, mas na verdade nenhuma delas foi realmente aproveitada. No ano de 1966 foi criado o INC⁶, que tinha como objetivo principal, conforme consta no Decreto-lei 43 que o instituiu, “formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior”.

³ O decreto de criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) definiu o patrimônio artístico e histórico nacional como conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, e cuja sua conservação seja de interesse público. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.

⁴ Instituto Nacional de Cinema Educativo instituído pelo Decreto-Lei 43 de 18 de novembro de 1966.

⁵ Entre as atribuições do Instituto Nacional do Livro estavam previstas a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população,

⁶ O Instituto de Nacional de Cinema foi um órgão gestor do cinema brasileiro que incorporou o INCE.

No governo do presidente Emílio Garrastazu Médice (1969 – 1974), mais precisamente em agosto de 1973, foi elaborado o PAC⁷ que foi apontado pela imprensa daquela época como um programa de incentivo e financiamento de eventos culturais. Conforme foi bem colocado por Sergio Miceli

O PAC, por sua vez, era não apenas uma abertura de crédito, financeiro e política a algumas áreas da produção oficial até então praticamente desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas também uma tentativa oficial de degelo em relação aos meios artísticos e intelectuais.

Em 1975, foi concebido o CNRC⁸ que teve como um dos primeiros programas executados estava o mapeamento da atividade artesanal, o da história da tecnologia e da ciência no Brasil e alguns levantamentos socioculturais e de documentação.

Mais tarde durante a gestão do Ministro Ney Braga, no decurso do governo de Geisel, foi criado o CNDA⁹, o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, o FUNARTE¹⁰ e ainda ocorreu a reformulação da Embrafilme¹¹ que havia sido criada em 1969.

Em janeiro de 1976 foi oficialmente lançado o PNC, mas como nesta época a cultura estava vinculada ao MEC, as iniciativas e ações eram mais voltadas para o setor de educação, embora constasse no texto original como sendo objetivo central do referido PNC “o de apoiar iniciativas culturais de indivíduos ou grupos e zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem a intervenção do Estado para dirigir a cultura”. Estas foram as palavras do MEC na época, mas não se pode deixar de levar em conta, porém, que o país vivia sob as rédeas da ditadura militar. A versão atual do PNC, agora é gerida pelo MinC, órgão do qual falaremos no próximo parágrafo.. Em 1979 e 1980 deu-se a transformação do IPHAN que passou a ser administrado pelo mesmo Aloísio Magalhães e nesta mesma gestão foi criada a Fundação Nacional Pró-memória¹². (CALABRE, 2005 e 2008)

A criação do Ministério de Cultura (MinC)¹³ se deu em 1985, que durante o mandato do Presidente José Sarney ficou a cargo de José Aparecido de Oliveira (ex-governador do Distrito Federal) e mais tarde passou a ser gerido por Aloísio Pimenta. Na tentativa de buscar novas fontes de recurso para a área cultural, que nessa época estava um tanto quanto escassa, o Presidente José Sarney sancionou em junho de 1986 a lei 7.505 de incentivo à cultura, que funcionava baseado na renúncia fiscal, porém esta referida lei foi extinta em no início do governo Collor, que lançou o PRONAC¹⁴ que funcionava aos moldes da Lei que foi extinta. A Lei Rouanet sofreu aperfeiçoamentos e melhorias também ao longo do mandato FHC conforme foi descrito por Calabre (2005): “A Lei Rouanet, foi aperfeiçoada ao longo do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo sido promulgadas algumas regulamentações que permitiram uma maior agilidade em sua aplicação.

Os recursos oriundos desta Lei são públicos, e referem-se à parte do imposto de renda devido ao governo pela iniciativa privada. A maior crítica que todos fazem a esta lei, é que os recursos na área cultural ficam nas mãos do setor de marketing das empresas, que não se importam muito com a cultura realmente, mas sim, em colocar o nome da sua empresa onde tem maior visualização da sua marca.

1.2 Políticas públicas em turismo

Considerando-se que o turismo é atualmente uma das principais atividades mercadológicas, e que o setor turístico e que representa uma real possibilidade de aumento de receita, renda e crescimento não só para

⁷ Plano de Ação Cultural

⁸ O Centro Nacional de Referência Cultural teve como meta principal o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros.

⁹ Conselho Nacional de Direito Autoral que foi instituído através do Decreto 84.252 de 28/11/1979

¹⁰ O Fundo Nacional de Arte foi criado pelo Ministro Ney Braga para promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Brasil.

¹¹ A Empresa Brasileira de Filmes S.A foi criada através do decreto-lei Nº 862 de setembro de 1969 e era uma empresa estatal brasileira produtora e distribuidora de filmes cinematográficos, e foi extinta em 1990 durante o governo Collor pelo PND (Programa Nacional de Desestatização).

¹² Criada em 1979 e extinta em 1990, funcionou em conjunto com o SPHAN que visou dar mais dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural.

¹³ Criado através do Decreto 91.144 de 15 de março de 1985, que definiu no Art. 2º, que seriam transferidos para este ministério quase a totalidade dos órgãos citados anteriormente neste trabalho, como FUNARTE, EMBRAFILME, CONCINE...

¹⁴ O Programa Nacional de Apoio à Cultura foi instituído através da Lei 8.313, e ficou conhecido com o nome de Lei Rouanet em alusão ao Secretário de Cultura da época que era o Sr. Sérgio Paulo Rouanet.

o Brasil, como também, para todos os atores sociais que dele fazem parte, é necessário realmente que se alcance o avanço desejável do setor. O país tem buscado constantemente o desenvolvimento de estratégias onde prevalecem, na medida do possível e aceitável, a administração participativa, integrada e compartilhada, procurando com isso uma verdadeira atuação da sociedade no que diz respeito à organização do turismo. Conforme afirma Veira (2011, p.21)

A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma diversidade de atuações políticas, vale ressaltar, apresentam-se setorializadas cabendo ao estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social.

Faremos uso de uma cronologia das políticas públicas, porém agora estas leis e fatos relevantes, são específicas das políticas públicas em turismo, leis e fatos estas, que foram de grande importância para que nosso país se posicionasse no estágio que hoje está inserido. Comprovadamente foi um árduo e difícil caminho percorrido até o que o Brasil chegasse à atual conjuntura. Os primeiros sinais de intervenção estatal no setor turístico foram verificados no ano de 1938, com a publicação do Decreto-Lei 46 que estabelecia autorização governamental para a venda de passagens aéreas e marítimas. No ano seguinte, exatamente no dia 27 de dezembro, foi instituído a Divisão de Turismo através do Decreto-Lei 1.915, que foi classificado como um organismo oficial de turismo da administração pública federal. No ano de 1940 foi instituído o do Decreto-Lei 2.240 para lidar unicamente das agências de viagem. Em 1946 foi extinta a Divisão de Turismo e o Departamento Nacional de Imigração e Colonização assumiu o controle do turismo no Brasil. Por meio do Decreto-Lei 4.4863 de 21 de novembro de 1958, foi criada a COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo que representou o primeiro esforço para articulação de uma política nacional de turismo, porém em menos de cinco anos a referida comissão foi extinta. Em 1966 a política nacional de turismo foi reformulada com a criação do Conselho Nacional de Turismo e da EMBRATUR (Empesa Brasileira de Turismo), que em 1991 através de decisão publicada pela Lei 8181, passou ser uma autarquia chamada de EMBRATUR mesmo, porém sendo denominado Instituto Brasileiro de Turismo que neste momento foi vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Depois de anos buscando-se prover recursos financeiros para alavancar o turismo, somente em 1971 por meio do Decreto-Lei 1.191, surgiu o FUNGETUR que foi o responsável por prover investimentos privados na infraestrutura do setor turístico. Na década de 90, por meio da EMBRATUR o governo brasileiro, instituiu programas e projetos que pretendiam e estimulavam o desenvolvimento sustentável do turismo, e dentre, eles assumiu papel de destaque o PRODETUR-NE¹⁵. Em 1992, no governo de Fernando Collor de Mello, o Instituto Brasileiro de Turismo lançou PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) e que foi considerado como o primeiro passo para a efetiva implantação de uma Política Nacional de Turismo. (VIEIRA, 2011 apud DIAS, 2003).

Em 1996 é lançado o PNMT que adota um modelo de gestão descentralizada que havia adquirido uma postura centralizada desde 1994, conforme afirma Dias.

Visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística simplificada e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. (DIAS, 2003, p.144)

Durante o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PNT foi reestruturado e criou-se também o Ministério do Turismo (MTUR). Em 2007 o PNT proposto por Lula, foi substituído por uma nova versão – PNT 2007-2010 “Uma Viagem de Inclusão”, para uma melhor organização e entendimento, esta versão foi dividida em diferentes macros programas que são fracionamentos temáticos agregados. A versão do PNT 2013-2017 lançado no mandato de Dilma Rousseff trouxe como título “O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil” e teve suas ações mais voltadas à qualificação para os grandes eventos esportivos que ocorreram no Brasil. O MTUR ainda não lançou a versão 2017, apesar de já estarmos quase no segundo semestre deste ano. Considerando-se que o Mtur mantém em atividade o Conselho Nacional de Turismo¹⁶, este atraso, de fato, não deveria ocorrer.

¹⁵ O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste é um programa no qual o governo e alguns parceiros (BNDE, BNB e BNDS) intervêm na região nordeste por meio de infraestrutura básica, equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos.

¹⁶ É um órgão colegiado com atribuições de Assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e aplicação e formulação de Política Nacional de Turismo e dos planos, programas.

Este próprio Conselho Nacional, acima citado, que é composto por 70 conselheiros representantes de entidades públicas e privadas, e que também é separada por Câmaras Temáticas aos moldes do PNT, também citado acima, deveria garantir que atrasos como estes não ocorressem, mas principalmente trabalhar para que a participação democrática nos Conselhos Municipais fossem garantidos, já que os conselhos setoriais são entidade criadas há muito tempo e são de extrema importância para os municípios, conforme citação de Carvalho.

Os Conselhos Setoriais emergiram como inovação institucional a partir da Constituição de 1988. Tomados obrigatórios em vários níveis de definição das políticas, foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para Estados e municípios.

Conselhos de Políticas Públicas Municipais.

Grande parte dos Conselhos Municipais exercem atribuições relacionadas ao planejamento, fiscalização e monitoramento da aplicação dos recursos financeiros advindos da esfera governamental. A própria existência destes espaços públicos institucionalizados de participação, é condição mais que necessária para os participantes se envolvam em suas atividades.

A posição favorável ou não das autoridades municipais sobre quem serão as pessoas ou entidades que farão parte das comissões municipais, também é fator determinante para o sucesso ou fracasso destas. Vale enfatizar outros fatores que também são muito influentes na escolha dos participantes em Conselhos Municipais, como a estrutura institucional da área de política pública em que o participante do Conselho está inserido e a organização do movimento popular e sindical dos grupos de interesse de usuários dos municípios, mas o fato mais importante para a perfeita escolha de um membro na composição de uma Comissão é o próprio interesse deste sobre o tema, e a afinidade deste membro sobre o tema tratado nesta determinada Comissão.

Segue uma completa definição e considerações sobre este tema, constante no site do Portal da Transparência:

“Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). Eles devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil). Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS.”

Fato é que mesmo com esta obrigatoriedade de paridade entre os representantes do Estado e representantes da sociedade civil, na maioria das vezes os gestores do município ocupam papéis de destaque nas comissões como Presidente e/ou Vice-Presidente, e logicamente estes irão procurar defender seus grupos de interesse e cabe aos representantes da sociedade civil não permitirem que sobressaia a vontade do estado nas decisões, projetos e planos desta Comissão.

Porém este não é o caso de Santos Dumont, onde o presidência do COMTUR é ocupada pelo representante da entidade representativa dos Hotéis e/ou Pousadas, Bares ou Comércio, e o Vice-Presidente apesar de ser titular de cargo público, é o representante do Órgão diretamente relacionado ao Turismo do município. A secretaria do Conselho é ocupada por uma representante da Fundação Casa de Cabangu (FUNCCAB), e não por acaso, esta entidade é a maior interessada no desenvolvimento turístico da cidade, e tem dupla representante neste Conselho.

No tópico da Metodologia, transcrevemos na íntegra o Artigo específico da Lei que instituiu o COMTUR SD, onde contém todas as entidades que tem assento neste Conselho.

2 MUSEU DA CABANGU: histórias e realidade

Em 1928 Santos=Dumont¹⁷ morre em 23 de julho de 1932, aos 59 anos vítima de esclerose múltipla da qual foi diagnosticado aos 40 anos. Com a notícia de sua morte, foi criada em Palmyra¹⁸ uma comissão, coordenada pelo Sr. Oswaldo Henrique Castello Branco, que resgatou e preservou os bens, documentos e fotos guardados por Santos=Dumont em Cabangu. Sr. Oswaldo guardou a coleção recolhida, em sua casa e iniciou uma mobilização para que houvesse a preservação de sua história.

Em 1949 foi criada a Fundação Casa de Cabangu com o objetivo único de manter viva a memória do Pai da Aviação que hoje dá nome à cidade. A FUNCCAB é a principal gestora do Museu Casa Natal de Santos Dumont que foi criado em 1973. A FUNCCAB é uma entidade sem fins lucrativos e que veio como solução à iniciativa liderada pelo saudoso Oswaldo Henrique Castello Branco, que pode transferir para o Museu, todo aquele acervo que estava na sua casa.

O Museu acha-se instalado na própria casa em que nasceu o aviator, localizada dentro do Parque de Cabangu, ao final da Rodovia Oswaldo Henrique Castello Branco (BR-499) (justa homenagem ao seu idealizador), no alto da Serra da Mantiqueira, e é datada do final século XIX. Foi residência de conservadores da ferrovia e de 1872 a 1875, residência do Sr. Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont.

O Museu possui uma coleção de fotografias e manuscritos importantes onde tais documentos apresentam as inovações do Pai da Aviação e sua experiência como administrador da Fazenda. Sua gestão se dá através da Fundação Casa de Cabangu que mantém um acordo de Mútua Cooperação com a Prefeitura Municipal de Santos Dumont e o Ministério da Aeronáutica.

Por este Convênio que foi assinado em 30 de setembro de 1995, em resumo, ficou acertado que o Ministério da Aeronáutica através da EPCAR¹⁹ e o INCAER²⁰, ficarão responsável pela guarda, e manutenção do parque, museu, e todo seu entorno. Tanto que para isto a EPCAR mantém dentro do Museu uma unidade militar própria. A Fundação Casa de Cabangu se compromete a manter uma equipe para zelar pelo patrimônio histórico e imobiliário e incrementar o turismo direcionado ao Museu, e a Prefeitura Municipal se comprometeu prover meios para que a Fundação mantenha suas atividades.

O diagnóstico atual do Museu de Cabangu é totalmente desfavorável, principalmente pelas instalações físicas. Os três pavilhões que fazem parte da estrutura do Museu, e que são parte integrante do complexo turístico, se encontram interditados pela Defesa Civil desde março de 2012 por não apresentar segurança aos visitantes, devido à infestação de insetos xilófagos que abalaram a estrutura da edificação, além de outros problemas verificados nos prédios.

O repasse financeiro feito pela Prefeitura Municipal, também sofre constantes atrasos, além de estarem com valores desatualizados. Já teve ocasiões em que os funcionários da Fundação ficaram sem salários por mais de seis meses, e isto refletindo nas férias, 13º e encargos.

Isto também impede que o Museu e a Fundação recebam algum incentivo da Lei Rouanet e muitos outros incentivos culturais, pois para fazer parte destes planos é necessário que se apresente ou tipo de “nada consta” do INSS, e por várias vezes este “nada consta” estava repleto de ocorrências e impedimentos.

3 METODOLOGIA

Para este estudo, usaremos como base uma pesquisa documental primária sobre as Atas de Reuniões do COMTUR de Santos Dumont. Optamos por fazer o estudo somente durante o período de Maio de 2013 a Julho de 2015, por se tratar de uma gestão inteira dos conselheiros, ou seja, um biênio inteiro, e por estarmos convencidos que mesmo que se analisássemos mais algum outro período de atas, nossa opinião final não alteraria em nada.

A pesquisa bibliográfica utilizada neste trabalho, apresentou muitas das 8 fases distintas da qual se aconselha constar para num estudo deste tipo, que são: a escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilamento; fichamento; análise e interpretação e finalmente a redação.

¹⁷ O sinal de igualdade do nome de Santos=Dumont significava a igualdade que ele considerada entre as duas nacionalidades dele.

¹⁸ Nome antigo da cidade de Santos Dumont.

¹⁹ Escola Preparatória de Cadetes do Ar – Barbacena – MG.

²⁰ Instituto Histórico Cultural de Aeronáutica.

Na fase inicial, a escolha do tema se deu se deu mais pela minha proximidade com o Museu de Cabangu, conforme foi descrito por mim no segundo parágrafo da Introdução. O plano de trabalho também se deu por proximidade e facilidade de informações e às Atas do COMTUR, pois minha mãe é a atual representante da Fundação Casa de Cabangu neste conselho. A seguir fizemos uma seleção de materiais e textos que tratavam do assunto, e finalmente partimos para a redação deste trabalho.

Para uma melhor dinâmica e síntese, faremos trataremos os dados separadamente em duas categorias de análise: **Museu de Cabangu, Santos=Dumont e Assuntos Correlatos**; e numa segunda categoria as **Políticas Públicas de Turismo**.

Importante se faz que conste neste trabalho, parte da Lei Municipal de criação do COMTUR SD, que traz a obrigatoriedade dos membros que tem assento permanente no conselho.

Art. 3º O COMTUR-SD será composto por membros representantes de órgão públicos e/ou entidades representantes da comunidade, com vínculo e interesses no desenvolvimento turístico do Município.

- I. 04 (quatro) representantes, e respectivos suplentes dos seguintes órgãos da Prefeitura Municipal de Santos Dumont:
 - a. Órgão diretamente relacionado ao Turismo;
 - b. Órgão diretamente relacionado à Cultura;
 - c. Órgão diretamente relacionado ao Esporte;
 - d. Órgão diretamente relacionado ao Meio Ambiente.
- II. 01 (um) representante e um suplente de cada um dos 11 setores, abaixo elencados:
 - a. Poder Legislativo Municipal;
 - b. Sindicato do Comércio Varejista de Santos Dumont;
 - c. Associação Comercial de Santos Dumont;
 - d. **Fundação Casa de Cabangu.**;
 - e. Fundação Educacional São Jose;
 - f. Sindicato Rural;
 - g. Federação das Associações de Bairro ou entidades representativas dos bairros ou comunidades de Santos Dumont;
 - h. Entidades representativas dos artesãos de Santos Dumont;
 - i. Entidades representativa da Cultura em Santos Dumont;
 - j. Entidades representativa dos Hotéis e/ou Pousadas, Bares ou comércio de Santos Dumont;
 - k. Representante de Curso de Turismo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Sudeste de Minas Gerais – IF, de Santos Dumont.

4 ANALISE DAS ATAS

4.1 Síntese das atas

Apesar de anteriormente termos informado que faríamos a análise de um só biênio, teremos que fazer este estudo por três anos, por se tratar de um biênio que se iniciou em de Maio de 2013 e conseqüentemente teve se término em Julho de 2015.

4.1.1 Síntese das atas de 2013.

Como de costume, na reunião de posse dos conselheiros, as autoridades municipais agradeceram a disponibilidade dos componentes e muito enaltecem a importância do COMTUR. Foi lida alguns pontos mais relevantes da lei de criação do Conselho, e daí passou-se à eleição da diretoria.

O Presidente do COMTUR apresentou um Diagnóstico Turístico do Município elaborado pela FACTUR²¹ em 2000 e om outro da ADESAN²² para que se atualize este diagnóstico bem como o Inventário Turístico da cidade, este mesmo membro colocou a necessidade de criação de um centro de informações turísticas no município, e todos aderiram e apoiaram esta ideia. Passou-se para a pauta a discussão em relação à questão da árvore que tanto causa transtornos para o Museu de Cabangu principalmente pela tamanho da sua raiz, que afeta negativamente a estrutura da casa e a sombra que causa uma umidade prejudicial ao acervo que não conta em seu espaço principal, com equipamentos básicos como controladores de umidade e temperatura ambiente, câmeras de vigilância, alarmes etc. Tais equipamentos são encontrados somente na reserva técnica

²¹ Faculdade de Turismo de Santos Dumont da Fundação Educacional São José

²² Agência de Desenvolvimento de Santos Dumont.

que ainda não conta com profissionais qualificados e falta também material humano em outras áreas como diretoria, secretaria. Em outro momento o próprio Presidente do COMTUR ia verificar junto ao Corpo de Bombeiros e IEF a possibilidade de derrubada desta árvore o que foi conseguido por este somente em Agosto de 2013.

Ainda em relação ao Museu, foi colocado pela representante da FUNCCAB que o repasse financeiro mensal que a prefeitura faz ao Museu não se sobrepõe aos aumentos de salário e encargos trabalhistas e que em resposta a esta constante dificuldade do museu, ouve-se incessantes tentativas frustrantes de justificativas de funcionários da administração municipal que culpam limitações orçamentárias e jurídicas da cidade. Este repasse financeiro insuficiente está totalmente em desacordo com o que foi combinado

Em outra reunião também foi comentada sobre a possibilidade que membros do grupo teatral da cidade realizar intervenções artísticas no parque do museu. Novamente o Presidente falou da importância da figura de Alberto Santos Dumont como foco para exploração do nosso turismo cultural, que a cidade precisa aprender explorar mais a história do inventor do avião e finalizou sua fala nesta reunião, destacando a data em que se comemora a Semana da Asa em nosso município, quando importantes personalidades se encontram no Museu Casa Natal de Santos Dumont e que se deve dar uma dimensão maior a este evento. Este destacou também que poderia ser importante a divulgação do museu nos principais estabelecimentos comerciais situados na BR 040 e pediu para que fossem elaborados documentos para que se transforme em produto turístico o Museu de Cabangu.

O COMTUR SD foi convidado a participar de uma reunião que se realizará no gabinete do prefeito municipal com a Sra. Tais Oliveira Lima, Diretora Executiva do Circuito Turístico Caminho Novo. E em outra oportunidade, deste feita em reunião do próprio COMTUR, ela fez uma explanação e passou algumas orientações aos membros do Conselho sobre a elaboração do Plano Municipal de Turismo foi feito por ela mesma e que concluído em Dezembro de 2013. Ela também fez uma breve explanação de proposta do CTCN²³ em relação aos municípios associados, como também explanou sobre os editais abertos pela Prefeitura de Juiz de Fora sobre os projetos “Circuito Amigo da Cidade” e “Um pé na roça, um pé na cidade”, dizendo que o objetivo do primeiro é oferecer orientações básicas para que as prefeituras tenham condições de pleitear o ICMS Turístico, e sobre o projeto “Um pé na roça, um pé na cidade” que tem como objetivo avaliar e selecionar os principais atrativos turísticos dos municípios participantes do CTCN, para elaboração de um roteiro integrado que visa divulgar o potencial turístico local. Esta mesma pessoa, colocou que uma vez que pretendemos atrair turistas, não podemos trazê-los para nossa cidade sem lhes oferecer uma boa infraestrutura, como apresentar uma cidade limpa e melhorar os acessos aos locais considerados turístico.

4.1.2 Síntese das atas de 2014.

Com a recente implantação o PMT (que somente foi concluído em Dezembro de 2013, como já dito anteriormente), ressaltou-se, numa das primeiras reuniões do COMTUR, a importância de se colocar em prática as ações previstas neste documento.

O representante do Legislativo Municipal levantou a necessidade de uma maior atenção ao Museu Casa Natal de Santos Dumont, pois foi dito pela representante da Fundação Casa de Cabangu da constante falta de manutenção que a Epcar está deixando de fazer no Museu, em desacordo com o que foi combinado. Em outra reunião também foi dito pela mesma representação da situação dos museólogos convidados a realizarem o trabalho de inventário e o Plano Museológico do Cabangu. A Prefeitura se responsabilizou por custear as despesas com a hospedagem e alimentação destes profissionais, porém na reunião que ocorreu em Novembro de 2014, fomos informados que a vinda destes profissionais fora cancelado por falta de verbas. Diante disso o próprio COMTUR buscou parcerias com hotéis e restaurantes (mais na pessoa do presidente que é representante desta entidade) para viabilizar a vinda destes profissionais no Cabangu, o que ocorreu em outra data. Foi também colocado pela representante da Fundação Casa de Cabangu a necessidade de se ampliar os horários dos ônibus que proporcionam acesso ao museu, considerando que atualmente estes horários são muitos escassos e restritos.

Foi proposto pelo representante do órgão diretamente relacionado ao Turismo da Prefeitura que seja feita a eleição dos novos conselheiros fiscais do FUMTUR, e havendo votação de todos os presentes, chegou-se ao nome de dos dois novos integrantes do FUMTUR e que o município foi notificado que a partir do próximo ano, o município receberá a verba referente ao ICMS Turístico.

²³ Circuito Turístico Caminho Novo.

4.1.3 Síntese das atas de 2015

Em pauta nesta reunião ocorrida em Abril sobre a necessidade de renovação dos membros do COMTUR que deverá ser feita para neste ano por ocasião do vencimento do mandato dos conselheiros. Também deverá ser atualizado o Inventário Turístico do Município.

Novamente está marcada a visita das Museólogas de Belo Horizonte dias 12, 13 e 14 de maio, e desta feita a prefeitura prometeu se responsabilizar pela hospedagem e alimentação destas. O Presidente do COMTUR colocou que vai tentar contato com o Departamento de Marketing da Peugeot, para vincular a imagem da marca a Santos Dumont, que foi o primeiro proprietário de um carro desta referida marca francesa, aqui no Brasil. Foi sugerido também que tentasse através de empresas aéreas ou a INFRAERO que divulguem e vinculem a imagem de Santos= Dumont e da cidade nas suas salas Vips nos aeroportos.

4.2 DISCUSSÃO DAS ATAS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE PESQUISA

4.2.1 A participação do COMTUR SD

A afirmação de que é necessária a atuação participativa e democrática nos conselhos municipais, foi realmente verificada neste conselho sandumontense. Conforme consta no artigo de Carvalho, "O artigo teve como objeto analisar até que ponto a formalização dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas como instâncias de participação democratizou a gestão pública no Brasil.

O próprio fato da lei de criação do COMTUR SD trazer no seu escopo a obrigatoriedade de participação de várias entidades representativas, já garante que várias vozes sejam realmente ouvidas, e que interesses diversos possam ser defendidos ou ao menos colocados.

4.2.2 Museu de Cabangu

É fato mais que concreto que o COMTUR SD considera o Museu de Cabangu como o carro chefe do Turismo Municipal, e não podia ser diferente. De acordo com as palavras descritas no Plano Museológico preparado pela firma belorizontina Fato Museal Soluções em Museologia e Patrimônio. Como visto, a cidade de Santos Dumont apresenta uma abundante trajetória histórica ligada à pessoal de Santos=Dumont.

E ainda, no mesmo documento citado acima, consta entre os objetivos específicos do Museu de Cabangu.

Incluir o município de Santos Dumont em roteiros turísticos nacionais e internacionais por meio de suas exposições e de uma programação educativo cultural atraente. Como visto, a cidade de Santos Dumont apresenta uma abundante trajetória histórica ligada à pessoal de Santos=Dumont.

Para reforçar a importância e consideração do COMTUR SD para com o Museu de Cabangu, vamos repetir a seguir alguns pontos tratados nas reuniões deste conselho sobre o tema.

Em 29 de Maio de 2013, começou a se discutir um problema de uma árvore que tanto traria transtornos para o Museu de Cabangu e este mesmo assunto voltou a ser discutido nas reuniões de 15 de Junho, 07 de Agosto, 02 de Outubro e em 04 de novembro do mesmo ano.

Outro assunto trazido à discussão pelo próprio Presidente do COMTUR SD na reunião de 12 de novembro de 2013, quando falou da importância da figura de Alberto Santos Dumont como foco para exploração do nosso turismo cultural, que a cidade precisa aprender explorar mais a história do inventor do avião e finalizou destacando a data em que se comemora a Semana da Asa em nosso município, quando importantes personalidades se encontram no Museu Casa Natal de Santos Dumont e que se deve dar uma dimensão maior a este evento.

Na mesma data a Sra Thaís de Oliveira Lima (que fez o Plano Municipal de Turismo) frisou a importância das parcerias na realização de projetos, como o projeto de extensão que pode incluir alunos do IFET no plano de informações turísticas. Como também não menos importante se definir metas para o PMT como a Missão ou Foco – que tipo de turistas queremos para Santos Dumont? Atrativo Ancora – Museu de Cabangu e a importância de Alberto Santos= Dumont.

Chamamos atenção para esta parte do trabalho, onde o Museu de Cabangu é tratado como **Atrativo Ancora** no Plano Municipal de Turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro por este estudo que é positiva a maneira com que o COMTUR da cidade sempre dá a importância devida ao Museu de Cabangu. Em quase todas as reuniões do conselho, o tema Cabangu é assunto recorrente. E não podia ser diferente, pois é fato que o turismo de Santos Dumont gira em torno do nosso conterrâneo, e que até empresta seu nome da cidade.

A princípio pensamos em analisar mais Atas, e tenho até tenho mais materiais para isso, mas, porém após estudar as atas das reuniões realizadas durante uma gestão inteira de conselheiros e/ou suplentes do conselho em questão, fiquei convencido, principalmente, que minha opinião não vai mudar em nada, mesmo se eu estendesse meus estudos para mais Atas.

Só é pena que o apoio verificado que o COMTUR sempre direciona ao Museu, não se traduz em resultados financeiros que Administração Municipal repassa para a Fundação. Grande exemplo disso foi verificado nas reuniões do COMTUR realizadas dias 15 de julho de 2013 e 16 de novembro de 2014. Em recentes estudos e verificações, contatamos que o valor o ICMS Turístico recebido pelo município (63.189,32 em 2015 e 54.497,64 em 2016 – Fonte Fundação João Pinheiro) não se trata de nenhuma fortuna. Mas será que estes valores são realmente usados no setor turístico?

Um fato que muito nos chamou a atenção foi que encontramos Leis de criação do COMTUR e do FUMTUR no ano de 1998 e novamente a mesma Lei criando estes dos Conselhos em 2013. Portando em gestões administrativas diferentes, duas Leis para a mesma coisa.

Outro importante fato, que não achei resposta, foi que se desde 1998 já estavam criados os Conselhos em questão, e que a cidade já participava do Circuito Turístico Caminho Novo, que é um Plano de Regionalização do Turismo devidamente ativo e cadastrado no SETUR, e por qual motivo a política municipal de turismo só foi criada em 2013? O município já poderia estar recebendo incentivos do ICMS Turístico há muito mais tempo, mas ao invés disso só a partir de 2015 ele foi contemplado.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org). **Participação Popular nas Políticas Públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. Instituto Pólis. São Paulo, 2006.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil:Um histórico, **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, V I; mai; 2005.

_____. Políticas Culturais no Brasil:balanço e perspectivas, **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, V III; mai, 2007.

Câmara dos Deputados – Decreto 21.111 de 1 de março de 1932. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>> Acesso em 19 de mai.2017.

CARVALHO, Juliana Brina Correa Lima. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: institucionalidades ofensivas ou espaços democráticos do “Mundo da Vida”. **Revista Democrática Digital e Governo Eletrônico**. n 6. p- 1-16. 2012

CORTÊS, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em Conselhos de Políticas Públicas Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org). **Políticas Públicas no Brasil**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. DP&A. Rio de Janeiro, 2000

DIAS. Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo. Atlas, 2003.

LIMA, Luciana Leite; D’ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, V.21,n 48, p 101-110, dez. 2006.

MAGALHÃES, Aloísio. **É Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. n.5. Editora Atlas. São Paulo. 2013.

MICELI, Sergio. (org) **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo.: Diefel, 1984.

Portal da Transparência – Controle social – Conselhos Municipais. Disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp> > Acesso em 25 de maio de 2017

Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos – Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em 27 de abr. 2017.

REIS, Paula Felix. Políticas Nacionais de Cultura: O documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil, **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**; Salvador.V.5, mai, 2009.

RUBIM , Antônio Albino Canela, (org). Políticas Culturais no Brasil, Salvador 2007.

_____. Políticas Públicas de Cultura no Brasil, e na Bahia, Salvador 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANDO, Luzia Neide. In BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cesar; CORIOLANDO, Luzia Neide. Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Eduepb. Campina Grande-PB, 2012.

SANTOS, Luana Mayara. **Conselho Municipal de Cultura de Diamantina (Gestão 2009-2012): Um estudo de Caso**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2015.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues; CARVALHO, Conceição Maria Belford. Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia** .Resende RJ – Out 2013.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA,Sarany Rodrigues;CARVALHO,Conceição Maria Belford.Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia** .Resende RJ – Out 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n.16, p 20-45, jul/dez. 2006.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista Sociologia e Política**, n,25.Curitiba. 2005

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e Políticas Públicas de Turismo: análise dos modos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo de São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília, 2011.